DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA XIII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

(21 de Outubro de 2025)

SONG MAN LEI
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE ÚLTIMA INSTÂNCIA

Excelentíssimos Senhores e Senhoras,

Estimados Colegas,

É desta forma que atingimos o final de mais uma Conferência (dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa).

Tivemos a oportunidade de gravitar em torno do tema central do Direito e Justiça como factor de aproximação dos povos e do seu desenvolvimento económico-social.

Saímos fortalecidos na certeza de que a ordem jurídica — e o sistema judicial que é seu apanágio — é acima de tudo um veículo — se não mesmo um catalisador — da promoção da estabilidade, do entendimento, da confiança, da paz e da prosperidade.

É com especial apreço que constato que a força do nosso legado jurídico comum permanece tão viva, em pleno século XXI.

As especificidades e unicidade de cada um dos nossos ordenamentos demonstram que os nossos sistemas estão devidamente apetrechados para enfrentar o futuro, sabendo que temos sempre tanto a aprender com as experiências uns dos outros.

O dia de ontem comprova isso mesmo: revimo-nos recorrentemente nas particularidades das questões suscitadas por cada um dos distintos oradores.

[Angola]

O Dr. Pedro Nazaré Pascoal, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo de Angola, partilhou a experiência recente do sistema judiciário angolano, identificando com particular acutilância as áreas que merecem redobrada atenção para assegurar o crescimento e melhoramento contínuo das instituições judiciais.

Ofereceu particular ênfase ao caminho certeiro traçado para a informatização dos tribunais, não deixando de alertar para questões mais complexas: para fazer face à percepção pública da independência e integridade dos Tribunais; para combater a morosidade processual; para combater as dificuldades de acesso à justiça; para assegurar a formação de melhores quadros.

[Brasil]

O ministro Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, muito embora não tenha conseguido marcar presença pessoalmente, não deixou de partilhar amavelmente umas palavras ponderadas connosco.

Ofereceu um retrato animador da forte relação entre o seu país e a República Popular da China, a nível de cooperação e formação na área judicial, não deixando de salientar temas tão importantes como a ética nos tribunais, face ao meio ambiente e também no desenvolvimento das novas tecnologias.

[Cabo Verde]

O Juiz Conselheiro Benfeito Mosso Ramos, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da República de Cabo Verde, destacou a missão do Direito na sua busca pela justiça e pelo entendimento entre os povos.

Num discurso inspirado e actual, foi questionada a sua legitimidade última numa sociedade cada vez mais polarizada, resgatando uma resposta que nos oferece conforto, essencialmente na sua missão de aproximação de culturas, no reconhecimento do multiculturalismo e da humanidade comum.

[Guiné-Equatorial]

Foi uma pena não podermos contar com o contributo do Dr. Francisco Mikue, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Equatorial, na sessão de debates de ontem.

No entanto, é com grande satisfação que recebemos hoje pela primeira vez uma representação da Guiné-Equatorial numa Conferência do nosso Fórum. Espero que seja a primeira de muitas participações!

[Macau]

O meu colega no Tribunal de Última Instância, o Dr. José Maria Dias Azedo, com especial enfoque na responsabilidade das Nações Unidas enquanto promotora do desenvolvimento e do progresso, abordou questões tão essenciais como prementes nos dias que hoje correm: a pobreza mundial e a falta de acesso a água potável, os flagelos da guerra e a segurança do próprio planeta, as desigualdades na distribuição dos recursos.

Problemas que o Direito seguramente não poderá ignorar se pretendemos garantir um futuro mais risonho, em que a Justiça se reflicta num mundo em que "*ninguém é deixado para trás*".

[Moçambique]

O Dr. Adelino Manuel Muchanga, Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, traçou-nos um panorama preciso do regime de reconhecimento de sentenças estrangeiras em matérias de direito privado na ordem jurídica moçambicana.

Um instituto que reforça: a confiança depositada na definição das relações controvertidas por via judicial; a harmonia internacional de soluções delineadas pelo Direito; a impressão nos particulares de que a Justiça não está confinada pelas fronteiras internacionais.

[Portugal]

O Juiz Conselheiro Dr. Cura Mariano, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, esboçou um brilhante tratado sobre o tema agregador desta nossa Conferência.

Nas suas palavras, o corpo do Direito e a alma da Justiça sempre perdurarão enquanto pontes de entendimento e cooperação, delineando uma renovada esperança através da linguagem comum da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo.

[São Tomé e Príncipe]

O Dr. Edson Jordão da Silva, Juiz de 1.ª Instância de São Tomé e Príncipe, abordou o fenómeno do Direito sobre variadas perspectivas, tanto das suas causas como dos seus efeitos.

Foi com especial carinho que escutámos as suas palavras, um *alumnus* da Faculdade de Direito da nossa Universidade de Macau, a quem de braços abertos recebemos de volta.

[Timor-Leste]

O Presidente do Tribunal de Recurso de Timor-Leste, o Dr. Afonso Carmona, destacou o papel do Direito como linguagem entre as nações e da Justiça enquanto promotora da confiança e estabilidade.

Como muito bem vaticina, o investimento em sistemas jurídicos eficazes e em instituições judiciais fortes não é apenas uma questão política, mas um compromisso com o futuro comum da humanidade.

No dia de hoje, tivemos ainda oportunidade de debater os assuntos mais prementes para o presente e para o futuro vindouro do nosso Fórum.

As decisões que hoje tomámos assegurarão — confio plenamente — a continuada relevância deste Fórum. É com particular estima que vejo renovada, uma vez mais, a vontade de preservarmos o nosso legado histórico-cultural, com o qual todos temos a beneficiar.

É altura agora de passar a pasta ao/à Senhor/a Presidente do Tribunal [•] do [país organizador da próxima conferência], onde esperamos todos nos encontrar novamente no ano que vem.

Dirijo uma palavra de apreço, de muita consideração e amizade a todas as Representações que participaram nesta Conferência, em especial à pessoa dos respectivos Presidentes que as chefiaram, pelo seu labor e colaboração.

Fazemos votos para que continuem a desfrutar da estadia em Macau, e que, após a visita oficial que se avizinha ao Interior da China, possam regressar aos vossos países em paz e com boa viagem.

Chega ao final mais uma sessão da conferência, mas temos ainda muito caminho pela frente.

Gostaria de deixar uma palavra de agradecimento ao Executivo da RAEM por ter contribuído decisivamente para a realização desta Conferência, assim como às autoridades do Interior da China que se esforçaram para que este evento vá ao encontro das mais elevadas expectativas, pelas facilidades concedidas e toda a colaboração prestada na organização deste evento, com a solenidade e a dignidade merecidas.

Muito obrigada!